

O SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR: REFLEXÕES SOBRE COLONIALIDADE, PODER, SABER E GÊNERO, A PARTIR DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DA CATEGORIA

Jaqueline Melo de Barros¹, Renata de Souza Silva²

¹Profª Doutora em Serviço Social. E-mail: profa.jaqueline.barros@gmail.com; ²Assistente Social. Mestre em Serviço Social. E-mail: ssrenata@gmx.com

Introdução: Ao pensar na atuação dos(as) assistentes sociais nas equipes multidisciplinares que atendem as pessoas que procuram o processo transexualizador, desejamos compreender como estes profissionais por meio de suas atuações produzem conhecimento, tendo como base o olhar das pessoas que procuram estes serviços, que tanto são invisibilizadas pelo sistema, e tem o apagamento de suas vidas, vinculado aos processos de colonialidade de poder, gênero, saber e ser, muito mencionado por autores que versam sobre a colonialidade e decolonialidade. **Metodologia:** O curso metodológico foi baseado em um levantamento de dados de produções científicas relacionadas ao processo transexualizador, entre os anos 2018 e 2023, focado em eventos nos quais a categoria profissional demonstra seus trabalhos baseados nas vivências profissionais. Isto tendo por base a Resolução do CFESS Nº 845/2018, bem como a discussão dos estudos decoloniais latino-americanos para analisar tais produções e assim possibilitar o entendimento de como os (as) assistentes sociais, produzem conhecimento a partir das práxis, com vistas a romper com paradigmas eurocêntricos de produção de saber. **Resultados e Discussão:** Como ponto de partida a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social 845/2018, a qual sinaliza a atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador, embora saibamos que o processo tenha sido regulamentado pelo Sistema Único de Saúde desde 2008. A partir deste marco temporal, buscamos compreender o olhar do Serviço Social mediante a produção da categoria presente em eventos emblemáticos do Serviço Social ocorridos em 2019 e 2023, o que compreendeu um universo de 20 (vinte) trabalhos, o que num primeiro momento apresenta-se como um número reduzido, mas não podemos esquecer que essa ainda é uma demanda recente de atuação do Serviço social, o qual não está isento da perspectiva conservadora presente no interior da profissão. **Considerações Finais:** Na análise dos trabalhos apresentados nos eventos observamos pontos convergentes como o resgate da trajetória de luta do movimento LGTB na regulamentação do processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde. Outro aspecto relevante consiste em sinalizar o papel dos Estados e Municípios e a habilitação de Unidades de Atenção Especializada no Processo Transexualizador. No que tange ao Serviço Social, foi possível percorrer os avanços a partir de campanhas e discussão dos currículos, com seus desdobramentos na Resolução CFESS nº 489/2006, que veda condutas discriminatórias ou preconceituosas, relacionadas a orientação sexual e identidade de gênero. **Contribuições para Saúde:** Priorizar a discussão da temática no interior da Profissão, bem como junto aos profissionais inseridos na saúde pública, considerando as lacunas existentes desde a formação acadêmica, o que exige um desenvolvimento habilidade e competências para atuar junto às inúmeras demandas do segmento LGBTQI+, no acesso integral a saúde, mesmo que o início se dê na busca do processo transexualizador.

Descritores: Transexualizador, Serviço Social, Decolonial, Colonialidade de Poder, Gênero.